

A gigante mineradora brasileira Vale: por trás da imagem de solidariedade Sul-Sul

JUDITH MARSHALL

Resumo

Este artigo explora a realidade por trás do brilho do sucesso da Vale, monitorando o impacto da mineradora sobre os trabalhadores e comunidades no Canadá, Moçambique e Brasil. A Vale imita as piores tendências das grandes empresas de mineração do mundo e contribui para aumentar as disparidades entre ricos e pobres bem como a degradação ambiental.

Palavras-chave: Tendências Mundiais de Mineração; Vale; Relações de Trabalho; Brasil, Canadá e Moçambique.



Brazil's mining giant Vale: behind the image of South-South solidarity

Abstract

The article explores the reality behind the glow of success of Vale, monitoring the impact of the mining on workers and communities in Canada, Mozambique and Brazil. Vale imitates the worst trends of the major mining companies in the world, and contributes to increasing disparities between rich and poor as well as the environmental degradation.

Keywords: World Trends of Mining; Vale; Employment Relationships; Brazil, Canada and Mozambique.

JUDITH MARSHALL

Departamento de Assuntos Globais e Laborais do Sindicato Metalúrgico do Canadá (United Steelworkers).
Trabalhou no Ministério da Educação em Moçambique.
jmarshall@usw.ca

RECEBIDO EM 24 DE MAIO DE 2014

APROVADO EM 19 DE JUNHO DE 2014

1 INTRODUÇÃO

O ex-presidente do Brasil, Lula, fez da trajetória Sul-Sul para a África uma característica normal da sua vida política durante e após seus dois mandatos. Em toda a África, ele é tido em alta estima como um líder de libertação nacional, no panteão de Nelson Mandela da África do Sul ou de Samora Machel de Moçambique. Em sua primeira visita presidencial a Moçambique, em 2003, Lula foi recepcionado como herói e proferiu discursos emocionantes sobre a solidariedade Sul-Sul e a força da afinidade do Brasil com a África. Ademais, respondeu com empatia à pandemia da SIDA e prometeu apoio brasileiro para um projeto de produção de medicamentos para para esta pandemia a preços acessíveis.

Da comitiva brasileira fazia parte Roger Agnelli, o banqueiro impetuoso que, ainda no Bradesco, desempenhara papel fundamental na avaliação do preço da empresa estatal do Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce (UCHOAS, 2009). A avaliação dos ativos foi realizada em preparação para um leilão de privatização em 1997. Agnelli tornou-se, posteriormente, o primeiro presidente e diretor executivo da Vale.

Durante sua administração, estimulou o “superciclo das *commodities*” com aumentos médios de 150% entre 2002-2012 (NEW INTERNATIONALIST, 2014), a demanda chinesa, aparentemente inesgotável, de minério de ferro para alimentar sua indústria de aço e o capital abundante disponível a partir do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Agnelli parecia ter o toque de Midas. Sua época de liderança na recém-nomeada Vale foi caracterizada pela expansão mundial agressiva, e fabulosos lucros e retornos para os acionistas. No entanto, seguindo a trajetória da Vale, seja no próprio Brasil, seja em Moçambique, onde assumiu um investimento de um complexo de mineração de carvão, ferrovia e porto, ou no Canadá, onde adquiriu operações de níquel estabelecidas, emerge um quadro de imagens empresariais conflitantes. Há também uma dissonância marcante entre as imagens empresariais projetadas pela Vale e as realidades de fato em todas suas operações mundiais.

Com base em uma posição institucional, como parte da equipe do Departamento de Assuntos Mundiais e de Trabalho do

USW (*United Steelworkers*), o principal sindicato que representa os mineiros no Canadá, teve a oportunidade de acompanhar essa dissonância entre as imagens e as práticas da Vale em primeira mão ao longo da última década. Tenho feito isso tanto no Canadá, após a compra das operações de uma grande empresa de mineração canadense, Inco, e em Moçambique, onde o USW manteve relações de longa data, apoiando os programas de formação sindical por meio do Fundo Humanidade dos Metalúrgicos. Ao longo da última década, o USW organizou quatro intercâmbios de trabalhador para trabalhador, levando canadenses e brasileiros da Vale a Moçambique para fazer parte da equipe de recursos humanos para cursos de formação do sindicato, de uma semana, para os trabalhadores moçambicanos da Vale. Este tipo de intercâmbio, de trabalhador para trabalhador, tem caracterizado a ação internacional do USW por muitos anos (MARSHALL, 2009).

Em 2011, o USW, com o apoio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), promoveu uma visita de estudo ao Brasil para quatorze moçambicanos e quatro canadenses, para verem de perto as operações da Vale no Norte do Brasil e aprender como sindicatos e comunidades sofreram os impactos dos megaprojetos de minas de ferro, operações de ferrovia e portuárias no Pará e Maranhão, e quais eram suas estratégias de resistência. Entre os participantes incluíam-se trabalhadores da Vale, líderes comunitários e funcionários do governo local e provincial das regiões já atingidas por projetos da Vale ou a ser afetadas no futuro. O USW também tem sido um participante ativo na Rede Internacional dos Atingidos pela Vale, desde sua primeira reunião em 2010. Depois de me aposentar do USW em 2012, realizei uma pequena pesquisa, convidando os trabalhadores no Canadá, Brasil e Moçambique para responder a um questionário sobre suas experiências de trabalho para a Vale. Os resultados da pesquisa foram incorporados em um documento apresentado na III Conferência Internacional do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), em Maputo, Moçambique, em setembro de 2012 (MARSHALL, 2012). Este estudo da Vale no contexto dos BRICS é muito moldado pela minha posição de participante-observadora e as oportunidades que ela tem proporcionado para monitorar a Vale em primeira mão.

Como observado, as práticas da Vale levantam questões sobre se as empresas multinacionais baseadas nos BRICS realmente diferem das empresas mineradoras mundiais ligadas ao capitalismo histórico e centros imperialistas. O Departamento de Comunicação e Imagem da Vale trabalha arduamente para projetar uma imagem de solidariedade Sul-Sul, com investimentos brasileiros em mineração no Sul global, apresentada como estando a trazer empregos e desenvolvimento econômico, o que as empresas do imperialista “do Norte” não o fazem. Em suas operações “no Norte”, a Vale trabalha para projetar a imagem de experiência empresarial de gestão e as credenciais da Wall Street, mas sua gestão das minas de níquel há muito estabelecidas no Canadá trouxe intensa turbulência. Houve onze e dezoito meses de greves. Contudo, a relação entre trabalhadores e administração foi banalizada com a insistência da Vale em grandes concessões do sindicato como uma pré-condição para ir à mesa de negociações. Neste âmbito, a posição da Vale desrespeitou todas as práticas aceitas nas tradições canadenses em negociação coletiva e equivaliu a um ataque frontal contra a cultura de trabalho em vigor.

Se as intenções da Vale estavam sempre em dúvida, as palavras de Tito Martins, o então diretor de Metais Básicos, no final da greve de onze meses fê-las transparentes. O principal jornal brasileiro de negócios, *Valor Econômico*, publicou um artigo intitulado “A Vale comemora redução do poder dos sindicatos no Canadá”. Conforme Tito Martins afirmou no artigo, a Vale tinha ganho tudo o que queria com a mão de ferro sobre seus trabalhadores canadenses. Ele foi citado como tendo dito:

O que teve importância para a Vale nesta negociação foi o realinhamento dos empregados no Canadá no mesmo tipo de relacionamento laboral que a empresa tem com os seus empregados no resto do mundo. Este relacionamento envolveu três assuntos cruciais: plano de pensão, bônus e a cadeira de comando entre empregador e empregado sem intervenção direta do sindicato (DURÃO, 2010).

A greve de dezoito meses em Newfoundland e Labrador, onde é empregada uma força de trabalho, em grande parte indígena, em uma operação *fly in/fly out* da mina da Baía de Voisey, resultou em um convite por parte do governo provincial para um

inquérito industrial formal (PROVÍNCIA DE NEWFOUNDLAND E LABRADOR, 2011). A principal recomendação do inquérito foi que o governo agora reexamine os mecanismos pelos quais facilita a negociação coletiva para ter em conta: a) a estrutura organizacional das empresas multinacionais; b) a necessidade de garantir que tais empresas respondam aos valores de relações trabalhistas canadenses; e c) o peso econômico relativo das partes nas relações de negociação coletiva (PROVÍNCIA DE NEWFOUNDLAND E LABRADOR, 2011).

A Vale também tem um histórico abismal de saúde e segurança, desde que assumiu o controle das operações canadenses, com cinco mortes desde 2011, uma em Thompson e quatro em Sudbury. Nas palavras de um trabalhador da Vale na pesquisa de 2012,

Quer no subsolo ou na fundição e refinaria, a Vale tornou-se mais perigosa do que era antes. Remoção de acidente, incidente e formulário das preocupações 079 [formulário que incentiva qualquer trabalhador a fazer um relatório, mesmo que seja apenas para registrar uma preocupação], evisceração de programas de treinamento e encomenda de peças baratas da China são três exemplos (MARSHALL, 2012).

2 VALE NA ÁFRICA

O conhecimento local em Moçambique é de que Lula apresentou Agnelli e a Vale a Moçambique, encorajando o presidente Armando Guebuza a rejeitar a oferta chinesa para as reservas de carvão de Moçambique porque os chineses trariam seus próprios trabalhadores. Seja como for, Agnelli foi convidado logo depois da visita de Lula para se tornar um membro do Conselho Consultivo Internacional do presidente de Moçambique, Armando Guebuza, e a Vale foi a primeira a obter uma licença para explorar as grandes reservas de carvão de Moçambique. Agnelli detém posições em órgãos consultivos internacionais semelhantes para o governo da África do Sul, o prefeito de Xangai e o sultanato de Omã (FORBES, 2014).

Durante sua visita a Moçambique, em 2012, Lula transmitiu as mesmas mensagens mistas de solidariedade, por um lado,

e um discurso de vendas para os investimentos das empresas brasileiras, por outro. Desta vez, Lula veio com o sucessor de Agnelli, Murillo Ferreira. A fábrica de medicamentos antirretrovirais foi aberta oficialmente nove anos depois de o projeto ter sido anunciado oficialmente, e só depois de a Vale, com grande alarde da mídia, ter coberto o investimento original (CLUB OF MOZAMBIQUE, 2011).

Em Moçambique, Lula proferiu uma palestra pública intitulada “A luta contra a desigualdade” presidida por Graça Machel, viúva do primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel, e uma figura pública bem conhecida. Ela apresentou Lula como um herói do povo, como Samora, e Lula proferiu a palestra sobre a experiência do Brasil sob o governo do Partido dos Trabalhadores. Ele caracterizou o país como um dos que estão a crescer e a distribuir o bolo econômico ao mesmo tempo, garantindo assim os empregos e programas sociais redistributivos capazes de aliviar a pobreza. Em seu discurso, Lula pediu às empresas brasileiras que investem em Moçambique a contribuírem para esta luta contra a desigualdade. No entanto, durante sua visita, Lula também encontrou tempo para juntar-se ao novo presidente da Vale na pressão feita à ministra do trabalho, Helena Taipo, para reduzir as restrições sobre trabalhadores estrangeiros nas operações da Vale em Moçambique. A revista brasileira *Veja*, conhecida por sua posição crítica a Lula, publicou o assunto sob o título “Os lobbies de Lula para a empresa em Moçambique”:

A Vale foi uma das patrocinadoras do tour que Luiz Inácio Lula da Silva fez há duas semanas pela África. O presidente da empresa, Murillo Ferreira, viajou no mesmo jatinho do ex-presidente até Moçambique. Lá, eles se reuniram com a ministra do Trabalho, Helena Taipo, que vem colocando barreiras para a exploração de carvão pela empresa brasileira na mina de Moatize, uma das maiores do mundo. Na reunião, Lula tentou, sem sucesso, convencê-la a derrubar a exigência de empregar 85% de mão de obra moçambicana no empreendimento (SETTI, 2012).

A pressão brasileira para reduzir o controle moçambicano quanto aos trabalhadores estrangeiros não é nova. Uma delegação do trabalho do Canadá e Brasil reuniu-se com o Diretor Provincial do Trabalho, na província de Tete, em 2011, no âmbito de um

intercâmbio trinacional de trabalhadores, e fomos informados da pressão constante da Vale às autoridades moçambicanas para permitir a esta empresa exceder as quotas, previamente negociadas, de trabalhadores estrangeiros. Houve também a pressão para dar autorizações de trabalho a estrangeiros sem habilidades suficientes para realizar a formação destinada a cada trabalhador estrangeiro com permissão de trabalho.

A fase de construção do projeto incluiu não só um grande número de trabalhadores brasileiros, mas também os da construção civil das Filipinas. Muitos deles foram contratados pela Kentz-Engineers and Constructors (Kenz-Engenheiros e Empreiteiros), uma empresa que opera em quase trinta países e opera uma das maiores refinarias de níquel-cobalto do mundo, em Madagascar. Em Moçambique, a Kentz foi subcontratada pela Vale. Ela emprega mais de 2.500 trabalhadores filipinos em suas operações mundiais. Muitos dos filipinos que trabalham para a Kentz em Madagascar foram repatriados para as Filipinas no final de 2010. Eles enchiam arquivos antes da Administração para o Emprego Internacional dos Filipinos (sigla inglesa: POEA), no início de 2011, alegando práticas trabalhistas irregulares pela Kentz, que incluíam atrasos salariais, casas superlotadas, escassez de alimentos e cuidados inadequados de saúde (ELLAO, 2011).

No dia 18 de novembro de 2011, o Ministério do Trabalho de Moçambique anunciou problemas envolvendo a Kentz e trabalhadores filipinos:

“O Ministério do Trabalho acaba de expulsar, com efeitos imediatos, 115 trabalhadores estrangeiros, majoritariamente de nacionalidade sul-africana e filipina, que foram trazidos aqui ilegalmente pela empresa sul-africana Kentz-Engineers and Constructors”, disse o Ministério em comunicado na quinta-feira.

Esta empresa é subcontratada da gigante mineradora brasileira Vale Moçambique, no carvão concessionado à empresa em Moatize, no Nordeste do país. Como identificado pelo Departamento de Inspeção, os trabalhadores da construtora não tinham direito a férias ou fins de semana e equipamento de proteção adequado; a empresa também não havia registrado seus trabalhadores moçambicanos na segurança social. A Kentz-Engineers foi multada em cerca de 34 milhões de meticais (R\$ 9,2 milhões) e teve um prazo de trinta dias para corrigir as irregularidades (MAIL & GUARDIAN, 2011).

De acordo com os trabalhadores sediados em Tete que participaram dos intercâmbios internacionais, a fase operacional da mina de carvão emprega hoje não só a quota máxima – ou mais – dos trabalhadores brasileiros, mas também muitos estrangeiros, com ou sem registro de residência legal, dos países vizinhos de língua Inglesa: Zimbábue, Zâmbia e Malawi. Muitos filhos e sobrinhos do poderoso governo moçambicano e figuras de negócios da capital nacional, Maputo, também obtêm os trabalhos cobichados na Vale. Todavia, o número de empregos criados para as pessoas das comunidades locais ao redor da mina ou nativos da província de Tete (cronicamente subdesenvolvida) são poucos. No entanto, estas são as que sofrem o maior impacto do *boom* da mineração em termos de poluição, escassez de moradia e outros serviços, o tráfego, ruído e aumento do custo de vida em geral. As operações de mineração em expansão também trazem problemas sociais como a prostituição, drogas e SIDA em ascensão. Estes problemas sociais já estavam muito em evidência porque Tete é um grande entroncamento para as operações de transporte rodoviário transfronteiriço para o vizinho Zimbábue, Zâmbia e Malawi. Assim, a mineração agravou ainda mais os problemas sociais (SELEMANE, 2009).

As poucas oportunidades de emprego geradas pelas operações de mineração e as desigualdades dramáticas nos salários e benefícios entre estrangeiros e nacionais criam uma sensação generalizada de ressentimento. Um trabalhador da Vale comentou: “Eu trabalho junto com estrangeiros, mas eles ganham quatro vezes mais do que eu ganho”. Outro disse que “operadores de máquinas moçambicanos trabalhavam em conjunto com os operadores de máquinas brasileiros, alguns dos quais têm menos treinamento do que os moçambicanos, mas o brasileiro é automaticamente o supervisor” (MARSHALL, 2012). Estes comentários particulares mostram o vazio do discurso da Vale em contribuir para a geração de emprego para os moçambicanos. Também mostram a força dos sentimentos antibrasileiros, não tão diferentes dos sentimentos antiamericanos e antibritânicos em outros momentos e lugares.

Embora não existam estudos sistemáticos para ter como referência, o sentimento em nível popular em Moçambique é que a

Vale está, atualmente, tirando empregos. Os reassentamentos forçados para abrir caminho para as minas deixaram famílias rurais das áreas ao redor da mina sem terra ou água para suas atividades agrícolas e sem acesso aos mercados locais. Um estudo recente, produzido por António Jone para o Observatório do Meio Rural, concluiu que as famílias enviadas para o reassentamento rural em Cateme foram afetadas negativamente. Portanto, a adesão da Vale, muito elogiada, a todas as recomendações do Banco Mundial sobre reassentamentos forçados está muito longe da verdade.

Partindo do princípio defendido tanto pelas políticas operacionais do International Finance Corporation e da legislação moçambicana atinente à matéria, sendo o reassentamento inevitável, deve-se garantir a reposição integral e assistência para que os reassentados melhorem ou, no mínimo, recuperem seus padrões de vida ou subsistência. Para o caso de Cateme, deve-se continuar a implementar actividades com vistas a garantir o acesso à terra para agricultura a todas as famílias, em quantidade (2 hectares prometidos) e qualidade (fértil e não rochosa), com proximidade possível a fontes de água não só para irrigar as suas machambas como também desenvolver actividade piscatória. Deve-se ainda continuar a implementar actividades de apoio no desmatamento, preparação da terra, nivelamento e estabilização dos solos, distribuição de sementes, fertilizantes e pesticidas. É importante identificar áreas com menos pressão pelos recursos, de forma a evitar eminentes conflitos de terra e de outros recursos florestais (bambus, estacas, cordas, madeira, entre outros) essenciais para a prática de outras actividades de rendimento. Como conclusão final e em resposta ao objectivo central deste texto, para além de outros aspectos, é certo afirmar que, no caso de Cateme, o reassentamento afectou negativamente a produção alimentar (JONE, 2014).

Os artesãos locais, nas áreas afetadas, como aqueles que fazem blocos de construção, foram deixados sem espaço para realizar seu comércio. Nos últimos anos, eles têm pressionado fortemente tanto o governo como a Vale, exigindo uma compensação mais adequada do que os USD 2.000 pagos a eles pela Vale. Ademais, adotaram uma página da lógica empresarial e argumentaram que sofreram uma perda permanente de meios de subsistência com a qual poderiam ter obtido uma renda a longo prazo em torno de USD 350.000. Em junho de 2013, conforme a Vale determinou,

o assunto estava encerrado, com os fabricantes de tijolos e o governo de Moçambique tomando posições igualmente fortes:

Segundo o director da Vale Moçambique, Ricardo Saad, o processo de pagamento das indemnizações terminou no ano passado, mas a companhia mineira continua engajada com oleiros em projectos de desenvolvimento[...] Antes do início das operações de exploração de carvão, mais de 800 famílias foram transferidas das suas zonas e a companhia ofereceu casa e pagou 60 mil meticais, cerca de dois mil dólares, a cada família. No entanto, hoje as famílias transferidas, que se dedicavam a actividades de olaria, consideram que o dinheiro pago é pouco e exigem 350 mil dólares cada. Para manifestarem a sua fúria, os oleiros têm bloqueado a linha férrea de Sena usada pela Vale para o transporte de carvão ao porto da Beira. O governo moçambicano considera que a Vale é um parceiro estratégico que participa no desenvolvimento do país (PORTAL DE ANGOLA, 2013).

Ao longo do ano passado, a situação não foi resolvida e a Vale foi forçada a retomar as discussões sobre a compensação. Neste prisma, os fabricantes de tijolos continuam a fazer suas exigências, provocando periodicamente impasse à produção, não obstante as prisões dos seus líderes, e o governo continua a demonstrar preocupação com lucros perdidos pelo seu “parceiro de desenvolvimento”, a Vale.

3 VALE: “PIOR EMPRESA DO MUNDO”

Em janeiro de 2012, a Vale teve a vergonhosa honra de ser eleita a “pior empresa do mundo”. A cerimônia de premiação ocorreu durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, que se tornou nos últimos anos um popular e extraparlamentar local de encontro de líderes empresariais e governamentais poderosos para deliberar sobre a globalização liderada pelas empresas. Duas organizações com sede na Suíça, a Greenpeace e a Declaração de Berna, usaram o Fórum Econômico Mundial para destacar as práticas sociais e ambientais negativas de empresas mundiais. Nos últimos oito anos, eles deram o prêmio *Public Eye* baseado em uma competição on-line para a “pior empresa do mundo”. A Vale foi premiada com o “Prêmio Nobel da Vergonha” 2012, recebendo 25 mil dos 88 mil votos expressos.

O prêmio foi apresentado por Joseph Stiglitz, vencedor de um Prêmio Nobel de Economia genuína pelo trabalho feito, quando

problematizou a eficácia dos mecanismos de mercado. Stiglitz é ex-presidente do Banco Mundial, e agora uma voz discordante de prestígio em fóruns globais, onde muitas vezes faz advertências sobre onde a não regulamentada globalização nos está levando. Em sua apresentação, Stiglitz discursou sobre quanto tempo poderosos atores globais, como a Vale, a Rio Tinto e a BHP Billiton, serão capazes de operar com tão pouca consideração pelas consequências sociais e ambientais dos seus projetos, e tão pouca responsabilidade pelos “99%” da população que estão excluídos dos seus planos de jogo. Stiglitz chegou a dizer que, para proteger nosso planeta e nossas sociedades, dependemos não só dos regulamentos do governo para evitar abusos, mas também de um alargamento do nosso conceito de autointeresse, tanto para pessoas individuais como para as coletivas.

Os indivíduos e sociedades mais privilegiadas da nossa terra não permanecerão para sempre isolados das consequências. É do interesse de todos – mesmo do 1% dos mais ricos – que o nosso planeta prospere; que a diferença entre os que têm e os que não têm seja menor. Para as empresas, isso acarreta a responsabilidade social, indo além do mínimo exigido pela lei para proteger o meio ambiente. Acarreta tratar os trabalhadores com decência e justiça, não para explorar todas as vantagens que as assimetrias nas negociações podem render (STIGLITZ, 2012).

4 VALE E A SEGURANÇA GLOBAL

Em virtude da expansão agressiva da Vale ao longo dos anos, desde sua privatização, ela se colocou como a segunda maior empresa de mineração do mundo, com operações em dezesseis Estados brasileiros e em 33 países nos cinco continentes. Apesar das suas origens como uma empresa estatal e sua proximidade com o governo brasileiro, incluindo os blocos importantes de acionistas, ainda nas mãos dos fundos de pensões dos trabalhadores do governo brasileiro, a ascendência da Vale para sua atual posição de ator mundial tem sido caracterizada por uma crueldade e devoção coletiva a lucros elevados e generosos dividendos para seus acionistas.

Os brasileiros estão particularmente indignados sobre como este ícone nacional passou para mãos privadas em 1997, como

parte do modelo global de privatizações no âmbito de programas de ajustamento estrutural. O BNDES assumiu a responsabilidade de promover a privatização da economia em larga escala. Conforme evidenciado, a venda da Vale é considerada como o episódio mais escandaloso da privatização na história brasileira. A empresa foi vendida por apenas 3,4 bilhões de reais num período de paridade entre o real e o dólar dos EUA.

Um acordo submetido ao Tribunal Regional Federal (TRF) de Brasília, em 2004, explicitava uma série de irregularidades que comprovam que a Vale foi subavaliada. Algumas minas foram desprezadas nos cálculos, outras subavaliadas. O setor florestal também foi subavaliado. Bens intangíveis de grande valor (tecnologia, patentes e bagagem técnica sobre geologia e engenharia de minas) foram desprezados. Participações acionistas da Vale na Açominas, CSN, Usiminas e Companhia Siderúrgica de Tubarão foram ignoradas. A lista de irregularidades é enorme. A empresa responsável pela avaliação, o [Banco] Bradesco passou a controlar a Vale um ano depois. Seu presidente, Roger Agnelli, é um ex-diretor executivo do banco (UCHOAS, 2009).

Mesmo uma década depois, um plebiscito informal para a renacionalização da Vale, organizado por sindicatos, estudantes e Movimento dos Sem Terra, em 2007, foi capaz de mobilizar três milhões de votos. Enquanto isso, o presidente Lula aparentemente não levou em consideração as exigências do plebiscito. Com efeito, ele colocou mais pressão pública sobre a Vale durante a crise econômica mundial. A Vale tentou tirar proveito da crise de 2008 como um momento de grande escala de demissões e recuar investimentos previstos na indústria siderúrgica brasileira. Lula usou o sentimento popular antiprivatização, expressa pelo plebiscito, para justificar uma repreensão pública a Roger Agnelli. Segundo Lula sugeriu fortemente, para uma empresa tão próxima do governo como a Vale havia a obrigação de responder a um momento de turbulência mundial, desempenhando um papel estabilizador.

Durante 2009, as tensões entre a opinião do governo brasileiro sobre o papel que a Vale deveria desempenhar e a visão de Agnelli sobre o papel da Vale estavam abertamente em desacordo. Em setembro, a revista brasileira *Exame* foi citada por outros meios de comunicação de negócios como fonte de informações sobre os planos do governo para derrubar Agnelli. Em um artigo intitulado

“Lula critica Vale e articula expulsão do presidente da Vale...”, o jornalista Rafael Souza Ribeiro escreve o seguinte:

Não é de hoje a vontade do governo em elevar sua participação no controle administrativo da Vale. Só este ano, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já falou várias vezes que a mineradora precisa investir mais no Brasil para proporcionar emprego à população. Desde que demitiu mais de mil funcionários no ano passado em decorrência da crise econômica, Roger Agnelli, presidente da Vale, caiu em desencanto nos bastidores do governo, que até criou um comitê para tirar Agnelli da presidência da mineradora (RIBEIRO, 2009).

Na verdade, o uso da crise mundial por Agnelli para justificar a demissão de 1.300 trabalhadores e recuar nos compromissos de investimento para produção de aço no Brasil voltou para assombrá-lo quando seu mandato expirou em 2011. A nova presidente do Brasil, Dilma Rousseff, orquestrou os blocos de acionistas da Vale próximos do governo para provocar uma mudança de liderança da empresa.

O jornal brasileiro *O Estado de São Paulo* captou o problema em sua cobertura da inauguração de uma nova grande transportadora de minério da Vale em 2011. Agnelli, cuja saída já havia sido anunciada, presidiu o evento para o qual os líderes do governo haviam sido convidados. O navio fora encomendado da Coreia e foi projetado para transportar as enormes cargas de minério de ferro das minas de Carajás, na Amazônia, que tem exportado minério de ferro bruto para os mercados mundiais desde os anos 1980. Nos últimos tempos, o maior volume de exportações foi para a China.

A saída de Agnelli foi motivada por pressões do governo, acionista da companhia por meio de fundos de pensão de estatais. Os desgastes teriam começado com a encomenda de navios no exterior (o apresentado ontem é coreano) e se aprofundado com a decisão de demitir 1,3 mil funcionários no auge da crise financeira e de atrasar investimentos em siderurgia. Ontem, Agnelli afirmou que a Vale tem compromisso com eficiência e visões e missões diferentes das do governo, embora não considere que elas sejam conflitantes. “Cada um tem uma visão, cada um tem uma missão. A missão da companhia é gerar resultados para ela ganhar em capacidade e investir mais. A visão, a missão do governo é diferente da de uma empresa, totalmente diferente”, afirmou Agnelli (VALLE, 2011).

A substituição de Roger Agnelli por Murillo Ferreira e promessas da Vale de gestão mais humana e de redução de atritos trouxeram esperanças de mudança. Ferreira tomou posse como novo presidente em 2011 e logo em seguida começou uma ronda de visitas às operações da Vale em todo o mundo. Contudo, as expectativas criadas foram frustradas pelo menosprezo aos dirigentes sindicais ao longo da sua turnê inaugural das operações mundiais da Vale. No entanto, em resposta às críticas, ele concordou em se reunir com os quatorze presidentes das operações da empresa ligadas à mineração no Brasil, no dia 23 de setembro de 2011.

De acordo com Valério Vieira, presidente do sindicato da Metabase Inconfidentes, que representa duas minas da Vale em Minas Gerais, a maioria dos líderes sindicais presentes ficaram felizes ao acreditar na noção de uma Vale amável e gentil, e elogiaram sua disposição de dialogar com eles. Também elogiaram sua visível emoção, durante a discussão, sobre as mortes no local de trabalho. Vieira, que trabalhou para a Vale por 25 anos, não estava convencido. Em seu relatório¹ ao Metabase, compartilhado com os ativistas da Vale em outros países, contou ter dito a Ferreira que seria preciso muito mais de três meses, e um maior esforço político, para ele mudar o curso da Vale depois de uma década sob a liderança de Agnelli.

O relatório de Vieira sobre a reunião identificou oito características de trabalho da Vale no Brasil: 1) a Vale é conhecida por ser muito antissindical; 2) um trabalhador desta empresa tende a ganhar menos do que os que atuam em locais de trabalho semelhantes; 3) os gestores da Vale se envolvem em assédio constante aos trabalhadores; 4) a Vale impõe metas de produção irrealisticamente altas, criando assim uma atmosfera de tensão permanente, que ela própria prometeu eliminar; 5) os trabalhadores da Vale convivem com a constante ameaça de serem demitidos sem justa causa; 6) os supervisores da Vale impõem medidas disciplinares arbitrarias com grande frequência; 7) trabalhar para a Vale significa trabalhar sob graves riscos porque ela coloca a produção

¹ Relatório elaborado por Valério Vieira em 2011, de circulação interna e restrita aos sindicatos.

acima de todo o resto e normalmente encobre incidentes relacionados à segurança e saúde; 8) regularmente a Vale tenta subornar o sindicato e o governo oferecendo-lhes carros, viagens, cartões de crédito, etc.

Em 2012, um pequeno grupo de trabalhadores da Vale no Canadá, Moçambique e Brasil foi questionado se estas oito características identificadas por Vieira eram aplicáveis para sua realidade. Apesar de as situações em cada país serem completamente diferentes, a resposta majoritária à pesquisa foi a de que a caracterização de Vieira do trabalho para a Vale era profundamente semelhante nos outros países (MARSHALL, 2012).

5 EMPRESAS MINERADORAS COMPETINDO DENTRO DA ORDEM MUNDIAL NEOLIBERAL

A rápida ascensão da Vale para se tornar um ator global no setor da mineração ocorreu dentro de uma ordem mundial neoliberal consolidada. Enquanto a Vale parecia assumir a bandeira do Brasil e adotou a linguagem elevada do Pacto Global, suas operações no país e no estrangeiro foram marcadas pela implementação implacável de metas de produção, mesmo à custa da segurança nas suas minas e da segurança ao longo dos seus corredores de exportação. Ela mostrou um desrespeito generalizado aos direitos humanos, e apenas assumiu as responsabilidades pelos danos que suas operações infligiam aos seus trabalhadores, comunidades e meio ambiente quando forçada pela lei ou pela publicidade adversa.

Por exemplo, a Vale não hesitou em se beneficiar das assimetrias do poder aludido por Joseph Stiglitz, quando lhe concedeu o prêmio de “pior empresa do mundo”. Isto é evidente em relação aos indígenas ou agricultores tradicionais e vilas de pescadores no Norte do Brasil, já afetados negativamente pelos 890 quilômetros do corredor de transporte que liga as minas de ferro de Carajás ao porto de São Luís e agora enfrentando a expansão maciça dessa linha (FAUSTINO; FURTADO, 2013). É igualmente verdade em relação às 1.300 famílias camponesas de cultivo tradicional em Moçambique que perderam suas terras e meios de subsistência porque estavam no caminho de novas minas de carvão da Vale em Moçambique (MOSCA; SELEMANE, 2011).

A ordem mundial neoliberal em que a Vale tem emergido como um grande ator cria enormes desafios para seus trabalhadores e as comunidades e, na verdade, para todos aqueles que aparecem em seu caminho, conforme a empresa avança para realizar seus sonhos de dominação mundial. Ao trabalhar para a Vale em culturas de mineração há muito estabelecidas, como o Canadá ou a Austrália, ou em seus novos megaprojetos em Moçambique, ou Guiné ou Indonésia, todos se veem diante de uma empresa que resume o pior das tendências atuais nas áreas da mineração mundial.

Quais são essas práticas contemporâneas de grandes empresas de mineração com base nos centros imperiais antigos, as quais a Vale tem tão facilmente defendido? Uma análise dessas tendências foi o principal tema de uma Conferência da Mineração Internacional organizada pelo *United Steelworkers* em Toronto, em junho de 2012. Andrew Vickers, secretário do Setor da Mineração e Energia do Sindicato Australiano (CFMEU) fez uma longa exposição sobre o estado da mineração mundial visto da Austrália e da região do Pacífico. Segundo o consenso geral dos delegados da conferência, as grandes empresas de mineração seguem uma estratégia comum, tanto no Norte como no Sul. Este é o mundo no qual a Vale se destaca, longe da imagem que projeta de solidariedade Sul-Sul e de um dos pilares da economia nacional no Brasil.

Hoje, a primeira característica comum a grandes mineradoras é um forte desejo de não intervenção de uma terceira parte, por exemplo, com as empresas tentando driblar os sindicatos. Na Austrália, o sindicato mineiro travou, e ganhou, uma luta contra a tentativa da Rio Tinto de assinar contratos individuais. Mas, mesmo assim, a empresa manteve suas práticas antissindicais em minas de ferro da Austrália. Portanto, as relações trabalhistas da Vale ilustram essa postura antissindical. Também as ações durante a presidência de Roger Agnelli para reduzir o papel do sindicato das suas operações canadenses continuaram com Murilo Ferreira, apesar de Ferreira afirmar o contrário. Em junho de 2012, Ferreira concedeu uma longa entrevista para a revista de negócios brasileira *América Economia* para marcar seu primeiro ano como diretor executivo da Vale. Quando questionado sobre o relacionamento

conturbado com o sindicato da Vale no Canadá, e se era “possível buscar uma aproximação com a oposição”, sua resposta foi a seguinte:

Eu encontrei uma situação muito tensa no sindicato quando cheguei no Canadá. Tinha vivido durante dois anos e meio no país, quando eu era diretor executivo da Vale. Naquela época, eu mantinha um extraordinário bom relacionamento com o sindicato. Ao voltar para a lá como presidente, fiz encontros com sindicalistas, pretendo fazer outro em breve. Onde eu for, converso com eles. Estou planejando ir ao Canadá para conversar com os sindicatos, em julho, quando pretendo rever os meus amigos dos sindicatos (PACHECO, 2012).

As belas palavras de Ferreira sobre “amigos sindicalistas” no Canadá foram, de alguma forma, desmentidas pelas de Myles Sullivan, uma pessoa da equipe do USW entrevistada para o mesmo artigo quando estive no Brasil para a Assembleia Geral Anual da Vale, e para o lançamento do “Relatório de Insustentabilidade da Vale” (ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE, 2012). Sullivan disse na época:

Para que a situação melhore, a Vale tem de reconhecer e respeitar a USW como agente negociador dos empregados que representamos. Os nossos membros executam o trabalho e sabem quais são as melhores condições para o ambiente. Deixando de trabalhar contra nós e, ao contrário, nos apoiando, a Vale poderia se beneficiar tremendamente (PACHECO, 2012).

A postura de autocongratulações de Ferreira é ainda mais problemática quando justaposta com a do presidente do sindicato local de Sudbury, como lembra Rick Bertrand em relação ao seu primeiro encontro com ele. Isto aconteceu depois de várias visitas de Ferreira a Sudbury como CEO, durante as quais não houve contato nenhum com o sindicato. Bertrand abriu o encontro com Ferreira comentando ser uma pena que tenha sido necessário haver quatro mortes no local de trabalho em onze meses nas operações canadenses da Vale para solicitar ao CEO da Vale envolver-se diretamente com o sindicato.²

2 Conversa privada com Rick Bertrand, Sudbury, junho de 2012.

No Canadá, o sindicato tem desempenhado historicamente um papel importante no dia a dia das relações de trabalho. Neste âmbito, os acordos coletivos de 200 páginas cobrem praticamente todas as áreas de possível disputa com um conjunto de medidas mutuamente reconhecidas para reclamação de procedimentos de acordo com a gravidade da infração. Contudo, o desejo da Vale de marginalizar o papel do sindicato inclui aumentar as apostas no processo de reclamação, tocando no ponto quatro das reclamações sobre o que anteriormente era visto como infrações menores dignas de uma primeira medida, criando muitos diferimentos de casos que necessitam de procedimentos de arbitragem formais para sua resolução. Curiosamente, os trabalhadores zombam da tolice do novo estilo de gestão que vai para a ofensiva, mesmo em face de falhas óbvias da empresa. Por exemplo, um trabalhador que tropeçou e teve uma pequena lesão no braço, em uma escadaria escura, sem iluminação porque a gerência não havia mudado a lâmpada, recebe uma repreensão formal pela “falta de conhecimento dos seus arredores!”.

Outra característica das grandes empresas de mineração de hoje é sua preferência por projetos em áreas remotas, muitas vezes enclaves tipo *fly in/fly out*. Isto serve como forma de manter a natureza intrusiva do projeto de mineração e seus impactos negativos na comunidades e no meio ambiente fora da vista do público em geral. É também uma forma de manter os trabalhadores distantes das organizações sindicais. A Vale está usando a natureza de enclave das suas operações *fly in/fly out* de Voisey's Bay, no Canadá, como forma de isolar sua força de trabalho, em grande parte inexperiente, impedindo de participar em eventos sindicais mais amplos, como a conferência sobre a mineração internacional e a oportunidade que esta propiciou para debater as tendências mundiais. No escritório nacional do USW é frequentemente dito que a Vale está cumprindo rigorosamente as rotações dos turnos, transportando equipes dentro e fora a cada duas semanas, como motivo para não permitir aos seus funcionários a licença para atividades sindicais previstas nos seus acordos coletivos.

Segundo concluíram os delegados da conferência em todo mundo, grandes mineradoras estão mostrando uma tendência

geral de fazer da questão da saúde e segurança uma tarefa exclusiva da gerência, sem o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores de participar. Vickers falou de ter deixado para trás, na Austrália, uma grande disputa com a BHP Billiton sobre a introdução de novas políticas para abrigar todas as questões de segurança com os supervisores da empresa. Ged Kearney, presidente da ACTU, um sindicato irmão na Austrália, levantou esta questão no *United Federation Mineworkers Memorial Day*:

Algumas mineradoras mostram uma preferência marcante para terceirizados em vez de empregar trabalhadores permanentes porque os terceirizados saem mais baratos. Muitos terceirizados são menos ligados aos sindicatos e menos dispostos a abordar preocupações sobre saúde e segurança. Para alguns terceirizados, encontram-se standards de segurança mais baixos em relação a outros trabalhadores porque receberam menos formação e enquadramento sobre saúde e segurança. No centro da disputa entre CFMEU e a aliança BHP-Billiton-Mitsubishi na Bacia Bowen encontra-se a insistência da gerência de nomear responsáveis pela saúde e segurança que não representam uma força de trabalho cada vez mais composta por terceirizados (CFMEU, 2012).

Trabalhadores canadenses da Vale vêm de uma tradição forte de ação sindical em saúde e segurança. Para eles, o direito de saber, de participar e o direito de interromper a produção são princípios rigorosamente respeitados. Assim, o direito de saber significa ser informado dos produtos e processos que representam os riscos de segurança. O direito de participar significa a participação ativa do sindicato e estruturas comuns. Já o direito de interromper a produção significa um direito do trabalhador de parar a produção em face de um perigo iminente. Nas grandes minas, alguns dos membros eleitos pelos trabalhadores são liberados dos trabalhos de produção para cuidar de questões da saúde e segurança em tempo integral. Os representantes de segurança e saúde do trabalhador são totalmente treinados pelos dois cursos em vários níveis oferecidos nas escolas de trabalho geridas pelos sindicatos e empresas de treinamento. Estes representantes atuam como formadores do resto da força de trabalho, bem como desempenham um papel proativo na supervisão diária de todas as questões de saúde e segurança. Eles participam plenamente

de todas as inspeções de acidentes ou investigações de mortes. Na opinião de todos os trabalhadores canadenses da Vale participantes da pesquisa, a abordagem do seu novo empregador para a saúde e segurança era muito problemática. Tal visão foi agravada pela ocorrência de cinco mortes nas operações em Thompson e Sudbury desde 2011. No contexto canadense, esta estatística é realmente chocante.

No Canadá, os comitês de saúde e segurança são obrigatórios por lei, assim como as equipes de resgate nas minas, equipes de resposta rápida e formação completa sobre saúde e segurança para todos os trabalhadores. A pessoa no comando da primeira equipe de resposta pode ser tanto da gerência como do lado sindical. No caso de uma emergência, essa pessoa assume o comando com ordens que substituem as hierarquias em vigor para as rotinas normais de produção. Todos os outros níveis de segurança disponíveis, desde os bombeiros, os serviços de ambulância e forças policiais também podem ser chamados, dependendo do nível da emergência.

Um dos primeiros intercâmbios bilaterais entre os trabalhadores da Vale canadenses e brasileiros levou dois profissionais de saúde e de segurança do Canadá para visitar as instalações em Carajás e trabalhadores de ferrovias e portos em São Luís. Eles produziram relatórios quando voltaram, mas a grande questão colocada ao conversarem com os trabalhadores da Vale no Brasil foi: Como podem os trabalhadores da Vale no Brasil lutar pela saúde e segurança quando temem por seus empregos? A prática comum de gestão da Vale de demitir trabalhadores sem justa causa significa que todas as apostas estavam perdidas: Por que expor sua cabeça a prêmio para lutar por um ambiente de trabalho seguro se isso pode lhe custar o seu sustento?

Ao visitar a maior mina de minério de ferro da Vale em Carajás, na selva amazônica, fomos apresentados ao estado-da-arte da Central de Controle onde os operadores podem monitorar o desempenho do equipamento, desde rolamentos e motores de temperatura, a velocidade dos caminhões tratores, todos projetados para melhorar a produtividade. Isso tudo estava bom, até visitarmos o local da mina e vermos funcionários usando máscaras de proteção de papel, como aquelas proibidas aqui, porque oferecem pouca ou nenhuma proteção. Ao falar

com nossos companheiros do sindicato, descobrimos que eles não tinham conhecimento de programas básicos, tais como a Monitoria do Ambiente do Local de Trabalho ou a garantia de que as máscaras são apropriadas para a tarefa e lhes servem adequadamente (ANDERSON, 2005).

Para os delegados internacionais, a viagem de volta deu aos trabalhadores da Vale de Sudbury uma oportunidade para explicar como a empresa realmente aproveitou-se da situação da greve prolongada no Canadá para apresentar um novo programa de saúde e segurança, com uma linguagem própria de modo a torná-lo ainda mais “ baseado no comportamento”, ou seja, com o pressuposto explícito de que o comportamento dos trabalhadores – ignorância, descuido, desatenção e coisas do tipo – é a principal causa de acidentes de trabalho e mortes. As políticas foram introduzidas para dar à gerência uma ação disciplinar ainda mais forte. Tais mecanismos geraram um sério envolvimento dos trabalhadores e responsabilidades foram anuladas, como o Formulário 079, que permitiu e incentivou qualquer trabalhador, em qualquer lugar e a qualquer momento, a informar sobre as preocupações sobre incidentes e acidentes. Outra mudança que alterou a dinâmica de forma negativa foi a nova regra segundo a qual o pagamento de bônus seria calculável apenas para o *face time*, ou seja, o tempo despendido na produção. Perda de tempo devido a um problema de segurança ou um incidente de segurança fazia com que as pessoas não recebessem essas horas incluídas em seus cálculos de bônus, um mecanismo de garantia para incentivar os trabalhadores a se tornarem mais flexíveis.

De acordo com Pat Veinot, ex-vice-presidente da USW 6500, o sindicato local na mina da Vale em Sudbury está convencido de que há uma ligação direta entre a segurança da mina e as práticas adotadas pela Vale:

Como é que os trabalhadores veem estes incidentes chocantes onde nossos companheiros perdem a vida em nossas minas aqui em Sudbury? Nós não achamos que essas mortes acontecem apenas por acaso. Esta empresa se recusa a ouvir o que sabemos sobre como gerir estas minas com segurança. A Vale sempre coloca metas de produção à frente da segurança. O novo sistema de incentivos resulta em trabalhadores mudando seu foco de como produzir com segurança para como produzir de

forma rápida, de modo a garantir que se receba o bônus completo. Um trabalhador que deixa de produzir para tratar de um problema de segurança pode sofrer uma redução de até USD 300 em seu próximo pagamento, ou ainda pior, um trabalhador que insiste em parar a produção para lidar com um incidente de segurança pode ser rotulado pela administração como insubordinado. O trabalhador pode ser surpreendido com uma ação disciplinar e ser transferido para outro departamento completamente fora do plano de incentivo. Isso poderia significar uma queda de 30 mil dólares em sua renda anual. Os trabalhadores entenderam rapidamente que, sob a administração da Vale, ser muito vigilante sobre saúde e segurança pode lhes custar muito caro (VEINOT, 2012).

O relatório do USW sobre a dupla fatalidade na mina de Frood-Stobie, em Sudbury, no dia 8 de julho de 2011, menciona todos os problemas com a abordagem da Vale. Dois jovens trabalhadores, um no papel de supervisor, foram mortalmente feridos, enquanto trabalhavam em uma passagem de minério de cerca de 900 metros abaixo da superfície. Anteriormente, a gerência havia sido alertada várias vezes para o perigo de uma acumulação nessa área. Quando os trabalhadores abriram a porta para verificar o fluxo de um nível para outro, eles foram soterrados em uma avalanche de lama (CARMICHAEL, 2011).

Depois do acidente, a Vale disse que queria uma investigação conjunta, mas também queria o completo controle, o direito de conduzir a investigação, de limitar a extensão da investigação, de ter os advogados da Vale a rever o relatório, de estabelecer limites sobre quem poderia ser entrevistado durante a investigação e o direito de limitar a divulgação dos resultados da investigação ao governo, sindicatos e famílias.

Depois de cinco dias de negociação, e com todas essas evidências sinalizando perigo, relutantemente o sindicato disse não, e faz uma investigação independente, um direito consagrado na Lei de Saúde e Segurança de Ontário. Os membros foram dispensados para acompanhar a investigação. Contudo, a Vale tentou limitar o tempo e recursos, mas novamente a lei lhes ofereceu proteção e, por conseguinte, a Vale tentou forçar os membros da investigação a voltar ao trabalho.

No final, um cuidadoso relatório de 206 páginas foi produzido e intitulado *Double Fatality Investigation Report Frood/Stobie Complex*

(USW LU6500, 2012). Pelo relatório, a Vale foi declarada culpada de negligência. O supervisor, que foi morto, havia feito anotações alertando o gestor sênior sobre as condições perigosas. Ele havia colocado barreiras físicas para impedir o deslizamento que poderia bloquear a passagem de minério, mas estas foram removidas. Ele e outro jovem trabalhador morreram sufocados em um deslizamento de lama acelerado ao abrir a porta para verificar a passagem de minério. No relatório constavam vinte recomendações para a Vale e três para o Ministério do Trabalho. O relatório do governo de Ontário já foi liberado e corrobora totalmente as conclusões do relatório do USW. Embora louváveis os relatórios de trabalho e do governo, e quaisquer que sejam as multas ou penas impostas, nada pode mudar a negligência voluntária da Vale e a perda de vidas de dois trabalhadores.

A análise das estratégias de mineração atuais durante a conferência incluiu uma longa discussão sobre como os poderosos atores da mineração do mundo lançaram uma grande iniciativa de propaganda para vender a ideia de que a mineração moderna pode ser sustentável e que as empresas de mineração modernas podem e devem se autorregular. As mineradoras defendem instrumentos como programas de Responsabilidade Social Empresarial e a adesão a organismos como o Pacto Global e o ICMM, com suas iniciativas voluntárias de relatórios globais. No entanto, as informações fornecidas pela empresa em seus relatórios voluntários muitas vezes mostram inconsistências acentuadas com o que acontece no terreno. Por exemplo, nos relatórios oficiais de Sustentabilidade da Vale, os reassentamentos em Moçambique se tornaram modelos de excelência. No relatório alternativo de Insustentabilidade da Vale preparado em 2012 pela Articulação Internacional dos Atingidos, as vozes dos reassentados dizem não haver terra, ou água, mas existem casas com rachaduras nas paredes e fundações em ruínas após a primeira estação chuvosa. Mais recentemente, o estudo de Antonio Jone em “segurança alimentar” no reassentamento da Vale confirma que o reassentamento é tudo menos uma história de sucesso, e, na verdade, deixou produtores camponeses piores do que eram antes de terem sido reassentados (JONE, 2014).

Enquanto a inadequação chocante do programa de reassentamento pode ser o impacto negativo imediatamente mais visível da contribuição das operações de mineração da Vale para o desenvolvimento de Moçambique, os comentários mordazes do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos em suas reflexões sobre Moçambique e as formas do *boom* da mineração estão a moldar os padrões de desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

Os riscos deste condicionamento são, dentre outros: o crescimento do PIB em vez do desenvolvimento social; a corrupção generalizada da classe política que defende seus interesses privados por tornar-se cada vez mais autoritária como forma de se manter no poder, agora visto como fonte de acumulação prioritária; o aumento, em vez de redução, da pobreza; a crescente polarização entre uma pequena minoria super-rica e uma enorme maioria de mendigos: destruição ambiental e sacrifícios incontáveis da população em áreas onde os recursos se encontram, tudo em nome de um “progresso” que eles próprios nunca conhecerão; a adoção de uma cultura de consumo que está disponível apenas para uma pequena minoria urbana, mas imposta como uma ideologia em toda a sociedade; a supressão do pensamento crítico e ações de protesto da sociedade civil sob a justificativa de que a sociedade civil representa obstáculos ao desenvolvimento e age como profeta da desgraça. Em resumo, os riscos são de que, depois deste ciclo de orgia de recursos, o país estará econômica, social, política e culturalmente mais pobre do que era no início. Isso é o que a “maldição dos recursos” significa (SANTOS, 2012).

Uma das análises mais convincentes de mineração dentro da lógica do modelo econômico vigente pode ser encontrada na obra de James Ferguson *Global Shadows: Africa in the Neo-Liberal World Order*. Ferguson (2006) afirma que devemos pôr de lado quaisquer discursos sobre os investidores das grandes mineradoras no tocante à necessidade de democracias estáveis e boa governança como condições para suas operações. Na África, eles têm investido em países com guerras violentas e governos de instabilidade notória e corrupção, como Angola, República Democrática do Congo e Guiné Equatorial. Eles veem as tendências que começaram com as companhias petrolíferas agora passando para a mineração.

O modelo é o de enclaves de capital intensivo, efetivamente isolados da economia local, guardado por exércitos privados e forças de segurança. Por exemplo, o petróleo da costa angolana, com a produção praticamente inabalável durante intermináveis anos de guerra, foi o projeto perfeito com o próprio óleo, bem como a riqueza que criou mas não pertence ao solo africano.

Os governos africanos não encontraram os meios ou a vontade política para usar megaprojetos na mineração como pilar estratégico para a estratégia industrial mais ampla, parte de um plano de diversificação, articulação e ampliação da base produtiva. Os projetos de mineração tendem a se tornar enclaves simplesmente articulados mundialmente, mas sem ligação com o país de acolhimento. De acordo com Ferguson:

[...] vale a pena observar como esses enclaves participam não só na destruição de espaços econômicos nacionais, mas também na construção dos “espaços mundiais”. Pois, assim como enclaves da produção mineira são muitas vezes cercados (literal e metaforicamente) de suas sociedades vizinhas, eles estão ao mesmo tempo ligados a uma “flexibilidade” que é exemplar do mais atualizado neoliberalismo “pós-fordista”, ambos com gigantescas empresas transnacionais e com redes de pequenos empreiteiros e subempreiteiros que se estendem por milhares de quilômetros e os nós de ligação em vários continentes [...] (FERGUSON, 2006, p.13).

Visto de dentro de Moçambique, Carlos Nuno Castel-Branco colocou a questão da seguinte maneira:

A Vale, a SASOL, a Kenmare, a BHP Billiton, a Anadarko, a Artumas etc., etc., gerem bilhões de dólares a cada ano para as suas estratégias mundiais. Cada uma destas empresas tem um lucro líquido anual muitas vezes maior do que o orçamento anual de Moçambique. Para eles, Moçambique é uma fonte de recursos e lucros. Isto é o que podemos racionalmente esperar de uma empresa multinacional sob o capitalismo mundial. A questão é como o Estado e os cidadãos em nossa República podem garantir uma utilização racional e sustentável destes recursos, de uma forma que beneficia o nosso país e seu povo, e não apenas as elites econômicas e políticas nacionais e internacionais (CASTEL-BRANCO, 2009, p.4).

6 VALE POR TRÁS DAS CÂMARAS

De modo geral, as empresas brasileiras entenderam que ter alcançado o estatuto de “desafiador mundial”, com a Vale na liderança, projeta uma imagem de si mesmo como um “motor do desenvolvimento” no Brasil e nos países onde investem, gerando emprego e crescimento econômico, um símbolo do “Brasil global”. Isto está bem documentado em um estudo recente de investimentos brasileiros em Angola e Moçambique (GARCIA; KATO; FONTES, 2012).

O governo do Brasil atribui grande importância ao apoio às empresas como a Vale. Neste prisma, as elevadas quantidades de créditos concedidos pelo BNDES e outras políticas públicas criadas para apoiar e facilitar os investimentos mundiais de multinacionais brasileiras são vistas como plenamente justificadas. As atividades dessas empresas são retratadas como vantajosas para o Brasil como um todo. Segundo o argumento, através destes “desafiadores mundiais”, o Brasil aumenta tanto a entrada de divisas estrangeiras (por meio de depósitos de lucros), quanto suas exportações, amplia sua inserção em cadeias de inovação mundial, bem como os efeitos sobre os fornecedores dessas empresas, as quais também aumentam sua produção (ALEM; MADEIRA, 2010).

Este discurso está justamente dentro do paradigma neoliberal, que diz que um país que quer ganhar uma posição hegemônica no mundo precisa de grandes empresas. Apesar da sua preferência por interesses privados e, não obstante, sua adoção aberta de altos níveis de lucro que garantem bons retornos para seus administradores e acionistas como seu objetivo principal, as grandes empresas do Brasil e sua expansão global são tratadas como sinônimo de “interesse nacional” do Brasil (GARCIA; FONTES, 2014). Desse modo, a resistência do trabalhador, ou da comunidade, ou do cidadão para as operações dessas empresas, seja em âmbito local ou em operações mundiais, é facilmente classificada como uma ação criminal.

Será que esta tão anunciada ascensão dos BRICS para o clube de elite dos poderes mundiais realmente envolve os interesses nacionais de todos os cidadãos do Brasil? Será que todos os brasileiros experimentam o sucesso da Vale como um “desafiador

mundial” como motivo de comemoração? Será que todos os brasileiros pensam que a capacidade da Vale de entrar na competição feroz entre os gigantes mundiais, no contexto da grande mineração, significa que o Brasil “chegou lá”, que agora pode ficar firme, erguer sua cabeça e orgulhosamente tomar seu lugar no G-20 com os países do Norte mais “desenvolvidos”?

Assumir o sucesso da Vale e os interesses nacionais do Brasil como sinônimos é trabalhar num velho discurso sobre desenvolvimento, que vê a transição da nação das sociedades agrárias para as sociedades industriais como a tarefa de crescimento econômico modernizado a ser realizado, com o Estado como o ator principal, a sociedade nacional como principal alvo dos planos de desenvolvimento e investidores diretos estrangeiros como maior fonte de capital para esses objetivos de geração de emprego.

Talvez as empresas multinacionais dos BRICS sejam melhor compreendidas afastando-se desse discurso de desenvolvimento antigo, com base em territórios, e colocar-se como atores num novo discurso global baseado em fluxos. Este é um mundo onde há uma economia transnacional totalmente articulada com os fluxos de capital, informação, tecnologia, equipamentos e até mesmo terra, trabalho e forças de segurança privadas (SIKER, 2013). Toda esta economia mundial opera fora da lógica e em grande parte fora da lei das jurisdições nacionais. Uma poderosa empresa de mineração assume a responsabilidade mínima pelo território – e os cidadãos – no qual suas operações de mineração estejam localizadas, operando por meio de cadeias de suprimentos mundiais e fluxos altamente articulados que caracterizam a economia mundial.

As empresas usam instrumentos “de qualidade” para “lavagem verde” das suas imagens com uma linguagem forte sobre sustentabilidade ou “lavagem azul”, envolvendo-se na língua legitimada do Pacto Global das Nações Unidas. O que é dourado para o público, como a necessidade de uma “licença social para operar”, é posto em prática interna da empresa mais como “gestão de riscos de segurança”. As empresas são movidas fundamentalmente por sua preocupação com “controle de riscos”, vendo qualquer pessoa, política ou instituição que fica em seu caminho como um risco de

segurança e, conseqüentemente, um “inimigo” da empresa. André Almeida, ex-diretor do Departamento de Inteligência e Segurança Corporativa da Vale, entregou, recentemente, um grande volume de documentos para o Ministério Público do Brasil. Eles apontam para o envolvimento da Vale em espionagem generalizada e infiltração focada em pessoas e organizações consideradas por esta empresa como seus inimigos. Estes incluem respeitadas jornalistas, advogados e ativistas de direitos humanos, bem como organizações como Justiça nos Trilhos e a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale (AMARAL, 2013). A visão expandida de autointeresse corporativo exposta por Stiglitz parece estar muito longe dos planos de jogo empresarial da Vale.

As forças sociais de elite no Brasil e outros BRICS interessados em tornar seus países competitivos na economia global são parte da nova classe transnacional dos vencedores produzidos pela globalização. Eles são membros de 50% da classe consumidora transnacional que reside no Sul Global, muitos com aspirações de fazer parte do “1%”. Através das suas empresas multinacionais, como a Vale, eles aspiram à modernidade industrial e de consumo da classe mundial.

As aspirações dos líderes governamentais e empresariais dos BRICS para alcançar o estatuto global, medido por triunfos como receber os Jogos Olímpicos ou a Copa do Mundo, podem realmente incluir uma componente de recuperação de orgulho, dignidade e respeito, depois de séculos de humilhação colonial e imperial. No entanto, a visão perseguida não oferece nenhuma alternativa para a ordem mundial atual de produção e consumo. A visão não é inclusiva para os pobres dentro dos seus próprios países e leva pouco conhecimento do impacto do modelo de crescimento que aspiram ao bem-estar a longo prazo do planeta. As aspirações fortemente sentidas dos BRICS de ser atores do presente sistema global e consumidores de “classe mundial” só servem para agravar as disparidades existentes entre ricos e pobres e para infligir mais danos ao meio ambiente, tornando-os grandes autores da contínua instabilidade global e injustiça.

Como Wolfgang Sachs argumenta em um brilhante artigo intitulado *Liberating the World from Development*:

[...] A luta competitiva das classes médias mundiais por uma parcela maior da renda e do poder é muitas vezes realizada em detrimento dos direitos fundamentais dos pobres e impotentes. Enquanto os governos e as empresas, os cidadãos urbanos e elites rurais mobilizam-se para avançar com o desenvolvimento, mais frequentemente do que a terra, o espaço de vida e as tradições culturais dos povos indígenas, pequenos agricultores e os pobres urbanos são colocados sob pressão [...] O lado brilhante do desenvolvimento é muitas vezes acompanhado por um lado escuro do deslocamento e desapropriação, razão pela qual o crescimento econômico tem tempo e empobrecimento novamente produzido ao lado do enriquecimento (SACHS, 2013, p. 25).

Por mais que o surgimento dos BRICS como novas potências mundiais, depois de séculos de subjugação e humilhação imperial para alguns deles, leve consigo um sentimento profundamente sentido de libertação nacional, as práticas emergentes dos atores brasileiros, indianos, sul-africanos ou chineses no mundo da grande mineração muito pouco se distinguem da pilhagem dos seus concorrentes globais ligada a centros imperiais antigos na Europa e América do Norte.

Tradução: Boaventura Monjane

REFERÊNCIAS

ALEM, A. C.; MADEIRA, R. Internacionalização e competitividade. A importância da criação de empresas multinacionais brasileiras. In: ALEM, A.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). **O BNDES em um Brasil em transição**. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

AMARAL, M. Vazamento de informação expõe espionagem da Vale. **Pública**, agência de reportagem e jornalismo investigativo, 13 de setembro 2013. Disponível em <http://apublica.org/2013/09/abrindo-caixa-preta-da-seguranca-da-vale/>. Acesso em: 09 jan. 2014.

ANDERSON, P. **Brazil**. Unpublished report to USW, 2005.

ATINGIDOS PELA VALE. **Relatório de Insustentabilidade 2012**. Disponível em <http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2012/06/relatorio-insustentabilidade-vale-2012-final1.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.

CARMICHAEL, H. A devastating loss. **Sudbury Star**, 9 de junho de 2011.

CASTEL-BRANCO, C.N. 2009. **Comentários no lançamento do relatório** “Alguns desafios da indústria extractiva em Moçambique”, (elaborado por Thomas Selemane e publicado pelo CIP; Maputo). Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2009/ComentariosdeCastelBranco-RelCIP.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

CFMEU. The growth of insecure work is making Australian workplaces less safe, warn unions. **CFMEU** Homepage. 10 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://cfmeu.com.au/the-growth-of-insecure-work-is-making-australian-workplaces-less-safe-warn-unions>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

CLUB OF MOZAMBIQUE. Brazilian mining company – Vale – pursues corporate social responsibility projects in Mozambique. **Club of Mozambique**, 06 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.clubofmozambique.com/solutions1/sectionnews.php?secao=mining&id=25960&tipo=one>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

DURÃO, V. S. Vale comemora redução do poder do sindicato no Canadá. **Valor Econômico** - Blog Relações do Trabalho, 13 de julho de 2010. Disponível em: <www.relacoesdotrabalho.com.br/profiles/blogs/no-valor-economico-vale>. Acesso em: 05 dez. 2013.

ELLAO, J. A. J. The slaves of Madagascar: abused OFWs repatriated for fighting their right. **BULATLAT**, 2011. Disponível em: <<http://bulatlat.com/main/2011/01/16/the-slaves-of-madagascar-abused-ofws-repatriated-for-fighting-for-their-rights/>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

FAUSTINO, C.; FURTADO, F. Mineração e Violações de Direitos: o Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. **Relatório da Missão de Investigação e Incidência**. Açailância: Plataforma DHESCA, 2013. Disponível em http://www.dhescbrasil.org.br/attachments/926_relatorio_missao_carajas.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2013.

FERGUSON, J. **Global Shadows**. Africa in the Neo-liberal World Order. Durham: Duke University Press, 2006.

FORBES. Roger Agnelli profile. **Portal Forbes**. Disponível em: <<http://www.forbes.com/profile/roger-agnelli/>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

GARCIA, A.; FONTES, V. Brazil's Imperial Capitalism. **Socialist Register**, v. 40, p. 1-20, 2014.

GARCIA, A.; KATO, K.; FONTES, C. **A história contada pela caça ou pelo caçador?** Perspectivas sobre Brasil em Angola e Moçambique. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2012.

JONE, A. Produção alimentar nos reassentamentos. O caso de Cateme em Moatize. **Destaque Rural**, n. 2, jan. 2014.

MAIL & GUARDIAN. Mozambique expels SA workers. **Mail & Guardian**, 18 de novembro de 2011.

MARSHALL, J. Secret Surveillance Targets Civil Society. **Canadian Centre for Policy Alternatives Monitor**, 1º de dezembro de 2013.

_____. **Mining Mega-projects and Labour**: Working for Vale, the "Worst Company in the World". Artigo apresentado na III Conferência do Institute for Social and Economic Studies (IESE). Maputo, set. de 2012. Disponível em: <www.iese.ac.mz>. Acesso em: 17 jan. 2014.

_____. Learning democracy from North-South worker exchanges. In: COOPER, L.; WALTERS, S. (Orgs.). **Learning/Work**. Cape Town: HSRC Press, 2009.

MOSCA, J.; SELEMANE, T. **Eldorado Tete**. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2011.

NEW INTERNATIONALIST. Commodities and Dependency – The Facts. **New Internationalist**, n. 470, mar. 2014.

PACHECO, P. Murilo Ferreira Reage. **América Economia** n. 412, jun. 2012.

PORTAL DE ANGOLA. Moçambique: Vale recusa-se a pagar mais a oleiros. **Portal de Angola**, 4 de junho de 2013. Disponível em <http://www.portaldeangola.com/2013/06/mocambique-vale-recusa-se-a-pagar-mais-a-oleiros/>>. Acesso em: 29 set. 2013.

PROVINCE OF NEWFOUNDLAND AND LABRADOR. **Report of the Industrial Inquiry Commission in a Matter Between Vale Newfoundland and Labrador Limited and United Steelworkers**. 2011. Disponível em: <http://www.gov.nl.ca/LRA/Industrial_Inquiry_Commission_Report_1.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

RIBEIRO, R. de S. Lula critica Agnelli e articula saída do presidente da Vale, diz revista. **Infomoney**, 21 de setembro de 2009.

SACHS, W. Liberating the World From Development. **New Internationalist**, n. 460, mar. 2013.

SANTOS, B. de S. Moçambique: a maldição da abundância? **Visão**, 26 de julho de 2012.

SELEMANE, T. **Questões a Volta da Mineração em Moçambique**: Relatório de Monitoria das Atividades Mineiras em Moma, Moatize e Sussundenga. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2010.

_____. **Alguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique**. Maputo: Centro de Integridade Pública, 2009.

SETTI, R. Lula faz lobby para empresa em Moçambique. **Veja** - Coluna do Ricardo Setti, 3 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/lula-faz-lobby-para-empresa-em-mocambique/>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

SIKOR, T. et al. Global land governance: from territory to flow? **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 5, n. 5, p. 522-527, out. 2013.

STIGLITZ, J. Speech at Public Eye Awards Ceremony. **Public Eye Press Release**, 27 de janeiro de 2012.

UCHOAS, L. Imperialismo brasileiro: Vale explora trabalhadores no Canadá. **Brasil de Fato**, 27 de agosto de 2009.

VALLE, S. Roger Agnelli sai da Vale e critica PT: "O governo e a Vale têm missões diferentes". **Jogo do Poder**, 6 de maio de 2011.

VEINOT, P. **Entrevista com Patrick Veinot**, realizada em Sudbury, 14 de março de 2012.